ECONOMIA

TRABALHO

"Via verde" para a imigração testa engrenagem da máquina pública

Apesar de apresentar regras claras, previsibilidade e promessas de celeridade, especialistas contactados pelo Negócios alertam para os desafios que o novo protocolo para a imigração deverá trazer. A principal preocupação prende-se com o desempenho dos serviços.

Pedro Catarino

O protocolo assinado entre as confederações patronais e o Governo deverá aplicar-se a todos os setores, mas em particular agricultura, turismo ou construção.

JOÃO DUARTE FERNANDES
joaomfernandes@negocios.pt

Definição clara de regras, transparência, previsibilidade e celeridade no processo de concessão de vistos. Para os especialistas contactados pelo Negócios, estes são os principais pontos positivos do novo regime conhecido como "via verde" para a imigração, que entrou em vigor esta terça-feira. No entanto, alertam para desafios na concretização do protocolo assinado com os patrões, especialmente no que toca ao desempenho dos serviços públicos.

"O novo protocolo da 'via verde' representa sobretudo uma solução regulada para a captação de mão de obra estrangeira, essencial em vários setores da economia portuguesa", diz Bárbara Pestana, sócia da Paxlegal. "Mais do que apenas acelerar a emissão de vistos de residência, o destaque vai para a definição clara de regras, deveres e condições de integração digna para os trabalhadores", explica a advogada.

Lembrando que o processo exige contrato de trabalho, alojamento e um plano de formação profissional e de aprendizagem da língua portuguesa – fatores que a especialista aponta como "cruciais para uma integração humana e sustentável" -, este modelo impõe "responsabilidade às entidades contratantes e promove transparência, previsibilidade e segurança, não só jurídica, mas também física e emocional aos trabalhadores contratados", refere Bárbara Pestana. "E isto é fundamental", realça.

Nuno Cerejeira Namora, sócio da Cerejeira Namora, Marinho Falcão, salienta que o protocolo "surge do reconhecimento do papel essencial que os imigrantes têm no mercado de trabalho português", especialmente em setores como a agricultura, construção e o turismo.

Mas, "embora promissor, precisa de uma implementação eficaz para evitar atrasos e garantir que o processo beneficie um número maior de empresas", ressalva Bruna Casagrande, da Antas da Cunha Ecija.

PME arriscam ficar de fora

Para ter acesso ao protocolo, as empresas devem, entre outros requisitos, não ter dívidas à Segurança Social, empregar 150 ou mais trabalhadores de forma direta e ter um volume de negócios igual ou superior a 20 milhões de euros. Do lado da execução, a promessa é de que os processos de

emissão de vistos fiquem concluídos em 20 dias.

Neste ponto, Bruna Casagrande adverte para a dificuldade de acesso de empresas ao protocolo. Isto porque os requisitos excluem "uma grande parte do tecido empresarial português, em especial PME, dificultando assim o acesso a este modelo para empresas de menor dimensão".

Mas mais do que isso, Margarida Bragança, da CCSL Advogados, refere que "será interessante avaliar a recetividade do tecido empresarial a esta medida e o impacto que terá na captação de talento, particularmente, quando já são conhecidos os desafios que as empresas enfrentam neste tipo de contratações". Aqui, a advogada destaca fatores como o aumento exponencial dos custos com pessoal "e potenciadas desigualdades salariais pela necessidade de incluir no plano remuneratório componentes devidas pela implementação de medidas de integração sociprofissional".

"Os requisitos que são definidos no protocolo deixam antever que, no tecido empresarial português, muitos empregadores ficarão de fora do seu âmbito de aplicação", concorda Nuno Cerejeira Namora. Desde já, adverte, "existe o risco de, realisticamente, as estruturas não estarem preparadas para garantir que a emissão dos vistos ocorra dentro do prazo dos 20 dias após o atendimento do requerente no posto consular".

A especialista da CCSL acrescenta que a "via verde" para a imigração "parece não trazer uma verdadeira inovação legislativa, cingindo-se a uma redução de 60 para 20 dias do prazo para análise e concessão de visto, através de (mais) um mecanismo limitado a um conjunto de entidades especialmente capacitadas", defende. "A mera redução daquele prazo, se não for acompanhada de um reforço da capacidade das instituições para a realização de agendamentos, recolha de dados biométricos e emissão do título de residência, não trará por si só uma solução aos desafios atuais da imigração laboral", remata a mesma advogada.

Execução pública é principal desafio

A capacidade das instituições públicas na agilização dos processos é, de resto, um fator que une os especialistas no que toca aos principais desafios enfrentados na execução do Protocolo de Cooperação para a Migração Laboral Regulada.

"Os principais desafios vão situar-se do lado da execução pública", alerta Bárbara Pestana. A especialista atenta nas fragilidades que persistem "nos serviços consulares e na Agência para a Integração, Migrações e Asilo [AIMA], com recursos manifestamente insuficientes para garantir a celeridade e eficiência prometidas".

Nesta linha, a eficácia do protocolo dependerá "de um reforço real nos órgãos responsáveis, para evitar mais atrasos e garantir a agilidade necessária". Sem essa melhoria nos recursos humanos, diz a advogada da Antas da Cunha, "o protocolo corre o risco de enfrentar os mesmos problemas que o modelo anterior [da manifestação de interesse], com impactos negativos na celeridade dos processos e na regularização dos trabalhadores".

Para além disso, "soma-se a indefinição de conceitos fundamentais, como o de 'alojamento adequado', cuja aplicação carece de critérios objetivos e uniformes", faltando ainda "clarificar quem avaliará estas condições, com que autoridade e segundo que parâmetros", alerta a sócia da Paxlegal. Sem este enquadramento, diz Bárbara Pestana, "subsiste o risco de desigualdade na aplicação das regras e insegurança jurídica". "A eficácia do regime dependerá, por isso, não apenas da preparação das empresas, mas da capacidade do Estado em cumprir com rigor e celeridade este novo regime", conclui a advogada.

Finalmente, destaca Cerejeira Namora, "não podemos esquecer que esta nova solução poderá trazer consequências do ponto de vista da gestão de expectativas perante todos os que se encontram, neste momento, à espera da regularização da sua situação da entrada/permanência em território português".

> **Os requisitos deixam antever que, no tecido empresarial português, muitos empregadores ficarão de fora do seu âmbito de aplicação.**
>
> **NUNO CEREJEIRA NAMORA**
> Cerejeira Namora, Marinho Falcão

> **A eficácia do protocolo dependerá de um reforço real nos órgãos responsáveis, para garantir a agilidade necessária.**
>
> **BRUNA CASAGRANDE**
> Antas da Cunha Ecija

FUNDOS

Governo lança concursos de 1.059 milhões do PT2030

Mesmo em gestão, ministro da Coesão compromete-se a acelerar o ritmo de execução de fundos europeus do PT 2030 e do PRR.

O Governo anunciou esta quarta-feira que vai lançar 95 concursos do Portugal 2030 até maio, apesar de estar em gestão. Os concursos que prevê lançar vão contar com um montante total de 1.059 milhões de euros em fundos europeus do atual quadro comunitário e vão desde incentivos à criação de emprego à inovação produtiva e conservação da natureza em várias regiões do país.

"Mesmo em gestão, vamos continuar a acelerar o ritmo de execução dos fundos europeus como temos vindo a fazer até aqui", afirma o ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, citado num comunicado enviado às redações. "Tal como colocámos o PRR português num caminho consistente de recuperação de atrasos, estamos agora a tentar acelerar a execução de projetos úteis, estruturais e estratégicos para o país através do PT2030".

Entre os concursos do PT2030 a ser lançados neste período, o Ministério destaca os de apoio à inovação produtiva em territórios de baixa densidade, que têm maiores verbas envolvidas (151 milhões de euros).

A aceleração do PT2030 tem sido uma prioridade para o Executivo que, apesar de estar em gestão, continua com plenos poderes para executar fundos europeus. No final de março, o Governo entregou a Bruxelas um plano de reprogramação do PT2030, com ajustes em todos os programas, exceto o Mar 2030, para evitar perda de fundos, já que este ano vai aplicar-se, pela primeira vez, a "regra da guilhotina" ao atual quadro comunitário.

O Governo avançou também com um conjunto de diretrizes para ajudar na execução deste ano. A estratégia passa, por exemplo, por reforçar o cofinanciamento no PT2030 e abrir avisos para seleção de candidaturas com aprovação condicionada à disponibilidade orçamental ("overbooking"). Além disso, o Executivo prevê contratar um empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) para financiamento extra para pagar a contrapartida nacional, que é essencial para dar fôlego a milhares de projetos apoiados.

O Governo garante ainda que a aceleração do PT2030 vai manter-se em alta durante o resto do ano. A previsão é que, no final do ano, tenham sido lançados concursos "num total acumulado de 15,6 mil milhões de euros, o que representa 74% da dotação global do PT2030, que vigora até 2029". ■ JA

Publicidade